

Dauster volta a Nova York para retomar negociação com credores

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Brasil volta a conversar nesta quinta-feira, em Nova York, com os representantes do Comitê Assessor de Bancos Credores. O negociador brasileiro, embaixador Jório Dauster, viaja hoje à noite e não tem, em princípio, data marcada para a volta. Ele leva ao comitê a posição brasileira sobre a proposta dos bancos, apresentada em janeiro, com relação à securitização dos juros em atraso e ainda a disposição de explicar as decisões já tomadas internamente com relação ao programa de privatização.

Dauster vai dizer aos dirigentes do comitê que considera "positiva, mas insuficiente" a colocação feita pelos bancos no mês passado no sentido de que aceitaram ampliar de cinco para sete anos, com um de carência, o prazo dos bônus que seriam emitidos para abrigar parte dos juros em atraso. Na verdade, a recente proposta dos bancos é apenas um ligeiro avanço com relação à postura que defenderam inicialmente na mesa de negociações e



Jório Dauster

está ainda muito longe das condições até aqui apresentadas pelo Brasil: bônus com prazo de catorze anos e meio e carência de cinco anos.

"A última proposta dos bancos é positiva porque leva em conta o período crítico dos próximos três anos e pode ser qualificada como um movimento na boa direção, embora ainda não suficiente", atestou o embaixador a este jornal, calculando em cerca de US\$ 2 bilhões no período entre 1991 e 1993 o alívio que representaria sobre as contas do Tesouro Nacional a última

proposta dos bancos com relação à anterior.

Dauster procurou mostrar em cifra o tamanho do esforço que o País ainda teria de empreender, nos próximos três anos, se aceitasse as condições colocadas pelos bancos para os juros atrasados: considerando o pagamento "cash" de um terço dos US\$ 8 bilhões vencidos até dezembro e mais 50% dos juros que vencem entre janeiro e março, de cerca de US\$ 1,6 bilhão, a securitização do restante dos juros em atraso, na base de sete anos, com um de carência, representaria para o País impacto de US\$ 5,7 bilhões até 1993. Deve-se entender que esse gasto se daria independentemente dos pagamentos de juro que vencem a partir de março e que não estão sendo objeto de negociação.

O embaixador assegura que vai levar "algumas ideias novas com relação ao tratamento dos atrasados", embora prefira manter sob reserva o teor da posição brasileira. Ele terá reuniões na quinta-feira e na sexta-feira com o presidente formal do comitê,

Robert Mackomarc (representante do Citibank), e, ainda, com os copresidentes, os representantes do Morgan Guaranty e do Lloyds Bank. Não está certo se William Rhodes também participará do encontro, já que se encontrava até há pouco em Davos, na Suíça.

A expectativa de Dauster é permanecer em Nova York na próxima semana, para uma reunião com todos os membros do comitê. Isso fica na dependência das conversas desta semana. O embaixador também anunciou que a missão negociadora do Fundo Monetário Internacional (FMI) virá ao País no dia 4 de março e não em 18 de fevereiro, conforme estava acertado até ontem. "O governo achou melhor dispor de mais tempo e esperar a manifestação do Congresso Nacional sobre as medidas provisórias do plano", explicou ele. Um canal de informação foi, no entanto, aberto junto ao gabinete do secretário especial de Economia, Antônio Kandir, para remessa das explicações que o FMI necessitar sobre o plano.